

Cornelia Döll & Christine Hundt & Daniel Reimann (Ed.). *Pluricentrismo e Heterogeneidade: O Ensino do Português como Língua de Herança, Língua de Contato e Língua Estrangeira*. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 2022. 474 pp.
ISBN: 978-3-8233-8487-8.

Daniel Ferreira

a2023103939@campus.fcsb.unl.pt

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Portugal)

O livro *Pluricentrismo e Heterogeneidade: O Ensino do Português como Língua de Herança, Língua de Contato e Língua Estrangeira*, a cargo dos organizadores Cornelia Döll, Christine Hundt e Daniel Reimann, publicou-se no precedente ano de 2022, sob a chancela da editora alemã Gunter Narr Verlag. As contribuições são da autoria de professores e investigadores na área da Didática e Aquisição de Línguas e o livro versa sobre o caráter pluricêntrico e heterogêneo da língua portuguesa e respetivas implicações em contextos diversificados de ensino-aprendizagem, na sequência dos estudos de autores como Clyne (1992) e Muhr (2012), seja como Português Língua de Herança (PLH), Língua de Contacto (PLC), Língua Segunda (PL2) ou Língua Estrangeira (PLE).

O volume inicia com um prefácio (pp. 9-11) da autoria dos seus editores e divide-se em três secções, cujos textos serão alvo de leitura na continuação desta apreciação.

A secção I reúne sete investigações em didática do PLH e PLE, especificamente em países e regiões de língua alemã.

Daniel Reimann (pp. 15-65), autor do primeiro estudo, apresenta e reflete acerca dos resultados qualitativos de um estudo piloto sobre o perfil de estudantes de PLE, com antecedentes familiares lusófonos, na Alemanha. A leitura panorâmica das entrevistas realizadas tanto a discentes como docentes revela que, entre outras conclusões, a motivação, ora mais reduzida, ora mais elevada, exerce uma influência significativa no desempenho dos aprendentes.

Na sequência, Henrick Stahr (pp. 67-84), igualmente em contexto alemão, expõe as vantagens de um modelo singular de ensino bilingue adotado pela Escola Europeia Oficial de Berlim. O modelo de ensino em questão viabiliza a combinação língua alemã e língua estrangeira, entre as quais consta o português como uma das línguas elegíveis. O estudo ressalta a heterogeneidade, linguística e cultural, como fator estratégico, ainda que desafiante, para o sucesso do projeto.

O estudo de Irene Fally e Christina Märzhäuser (pp. 105-85) investiga as motivações para a aprendizagem do PLH em Viena, na Áustria. A pesquisa de campo, resultante da aplicação de questionários, conclui que os motivos para a aprendizagem da língua portuguesa são tanto afetivos como utilitários. Salienta-se a exploração pelos aprendentes dos seus laços lusófonos e a futura integração destes no mundo do trabalho em português.

Maria de Lurdes Gonçalves (pp. 107-128), de seguida, debruça-se sobre o ensino do PLH na Suíça. A investigação detalha o trabalho da rede EPE (Ensino de Português no Estrangeiro) neste território e, numa perspetiva didática, enfatiza o ensino de línguas de herança como uma prática decisiva para a mediação

entre línguas e culturas. A autora acrescenta exemplos práticos para o ensino do português neste contexto tão específico.

Depois, Juliane Costa Wätzold (pp. 129-163) apresenta um estudo de caso sobre o papel das Comunidades de Práticas (CP) na aprendizagem não-formal do PLH. Uma CP, noção teorizada originalmente por Wagner (1998), consiste num grupo informal de indivíduos que se reúne em torno de um interesse comum. Neste quadro teórico, o estudo apresenta e discute os efeitos do projeto socioeducativo, cujos resultados são muito promissores. Ao que tudo indica, este tipo de iniciativas facilita a transmissão do PLH entre gerações, progenitores e descendentes, num contexto de aprendizagem não-formal, que utiliza a língua como instrumento de construção e manutenção de uma identidade lusófona.

A questão de heterogeneidade em sala de aula surge novamente no estudo de Leonor Paula Santos (pp. 165-180). A investigação relata uma experiência de atividade didática aplicada em aula de PLE, que teve como objetivo facilitar a distribuição do grupo de aprendentes por níveis de proficiência linguística. A autora frisa a importância da diferenciação pedagógica em aula e soma sugestões de tarefas para o efeito desejado.

No fecho da secção, Rosane Werkhausen (pp. 181-203) reflete teoricamente sobre o pluricentrismo e a variação da língua portuguesa e descreve os benefícios do ensino-aprendizagem autónomo no desenvolvimento das competências comunicativas em PLE, designadamente a partir de projetos em formato tandem, com ênfase na prática da oralidade. As vantagens deste tipo de iniciativa, como sublinha a autora, são em muito superiores a eventuais desvantagens e, entre outras mais-valias, salienta-se a participação autónoma e ativa dos intervenientes e a promoção de situações autênticas e descentralizadas de comunicação, complementares ao ensino formal da língua em aula, em contexto universitário neste caso.

Agora, no espaço geográfico mais alargado da lusofonia, a secção II reúne sete investigações sobre o português como L1, L2, língua de contacto e a sua concretização didática.

O estudo de Ermelinda Mapasse e Ana Catarina Monteiro (pp. 207-234), de carácter descritivo-interpretativo, explora as imagens do português em Moçambique, território multilingue e multicultural, no qual a língua portuguesa, apesar de língua oficial, não é a língua materna da maioria da população. Neste território, o português, na qualidade de L2, convive ao lado de línguas bantu (tais como, emakhuwa ou o changana) que são, efetivamente, a(s) língua(s) materna(s) da maioria dos moçambicanos. Entre outras conclusões pertinentes, os resultados desta investigação dão conta de que os aprendentes têm uma imagem do português — do mesmo modo que outras línguas pluricêntricas que integram os currículos escolares do país como o inglês ou o francês — como língua prestigiante e utilitária, no que respeita à formação académica e a futura inserção destes no mercado de trabalho. Noutra perspetiva, as línguas bantu são vistas como objetos afetivos e uma manifestação para a construção e a afirmação da identidade moçambicana.

Dentro dos mesmos limites territoriais, a investigação de Isidro António Samo Chongola (pp. 235-247) reflete sobre as implicações do perfil sociolinguístico e as motivações dos estudantes para a escolha do curso de Licenciatura em Ensino de Português, na Universidade Pedagógica de Nampula. A lista de motivações resume-se, sobretudo, ao conhecimento e consolidação de conhecimentos da língua-alvo e ao desejo de lecionar português no país.

José Rafael Maússe (pp. 249-260), no mesmo enquadramento geográfico, assina um estudo qualitativo e descritivo-interpretativo acerca do ensino-aprendizagem do português como L2. O estudo problematiza os usos do verbo pelos falantes moçambicanos de português e propõe a integração das estruturas típicas e estabelecidas da variante moçambicana do português, concretizada através da adaptação de materiais didáticos preexistentes. No fundo, o autor sublinha a inadequação da maioria dos materiais didáticos em língua portuguesa quando confrontados com os usos reais da língua naquele país.

Noutras geografias, Karin N. R. Indart (pp. 261-292) relata a sua experiência como professora e autora de materiais didáticos e programas de ensino de português como L2 em Timor-Leste. À semelhança de outros países de língua portuguesa, Timor-Leste é uma nação multilingue e multicultural onde o português não é a língua materna da maioria da população. Na verdade, tanto o português como o tétum são línguas oficiais num pequeno país onde coexistem dezenas de outras línguas. O estudo, de natureza empírica, descreve, em suma, três experiências distintas de elaboração de programas e materiais didáticos para três diferentes contextos de ensino-aprendizagem, no período inicial de pós-independência e oficialização da língua portuguesa. Entre outras inferências, a autora ressalta a carência de materiais didáticos adequados à realidade da sociedade timorense.

Manfred F. Prinz (pp. 293-309), logo depois, debruça-se brevemente sobre estilos de aprendizagem no triângulo lusófono África-Brasil-Portugal. Soma-se a isto uma proposta de que elimine atitudes centralizadoras que têm o correto / incorreto como critérios para a descrição das singularidades de uma língua pluricêntrica como o português. Pelo contrário, “[n]um processo contínuo de flutuação, misturação, inversão, o ‘falso’ vira ‘correto’, o ‘bem definido’ vira dúvida e ‘novo’ segundo os contextos, interlocutores, conteúdos e os estilos de transmissão” (p. 301), lê-se no texto.

O seguinte estudo (pp. 311-323), da autoria de Ana Teresinha Elicker, Débora Nice Ferrari Barbosa e Rosemari Lorenz Martins, versa sobre o trabalho da leitura e da escrita em meios digitais, mediante o recurso a dispositivos móveis, em contexto formal de ensino-aprendizagem em sala de aula. No entanto, o desenvolvimento da escrita, supõe uma preparação prévia orientada para a leitura no mundo virtual, distinguindo-se informação fidedigna e não-fidedigna, informação relevante e não relevante. Tal como frisado pelas autoras, este tipo de tarefa didática transforma a sala de aula num espaço atrativo e interativo, cujo protagonista é efetivamente o aprendiz.

No final da secção, Claudete Bese Ulrich, Edineia Koeler e Erineu Foerste são os autores de uma homenagem à figura da Professora Marineuza Plaster Waiandt

(pp. 325-345). O texto discorre sobre sua carreira docente, no que respeita o programa de alfabetização bilingue, na língua pomerana e na língua portuguesa, protagonizado pela sua fundadora, “guardiã da língua e da cultura pomerana”, como é descrita pelo trio de autores. O povo pomerano tem as suas origens no norte da Alemanha e completou mais de século e meio da sua chegada ao estado do Espírito Santo, no Brasil. Trata-se de uma realidade linguística singular e, no mínimo, curiosa.

A secção III reúne as últimas quatro investigações do volume, no caso, acerca do português como língua estrangeira no mundo.

Isabel Margarida Duarte (pp. 349-362) reflete teoricamente sobre as implicações da variação e mudança do português no seu ensino como língua pluricêntrica e heterogênea. O estudo é qualitativo e exemplifica algumas das distinções gramaticais e pragmáticas existentes entre as variedades estabilizadas do português, o Português Europeu (PE) e o Português do Brasil (PB), nomeadamente a partir da observação dos usos efetivos da língua. Em concreto, as formas de tratamento e os marcadores discursivos (neste caso) na comunicação oral. A pertinência deste trabalho verifica-se na demonstração de casos concretos da variação pragmática entre o PE e o PB e a sugestão de didatização destes tópicos, a partir de textos orais autênticos, na aula de PLE. Na verdade, como atesta a autora, nenhuma língua se apresenta homogênea mesmo internamente.

Depois, o trio de autores Cornelia Döll, Christine Hundt e Sebastian Stange (pp. 363-414), aborda o tópico dos pronomes oblíquos, especificamente as regularidades da formação e colocação dos pronomes de objeto / complemento direto e indireto, numa leitura contrastiva entre o PE e o PB. A investigação analisa como esta questão surge tratada em gramáticas e manuais didáticos atuais e, mais adiante, propõe soluções para a abordagem dos pronomes oblíquos em aulas dirigidas a um grupo-aprendente universitário. Os autores sublinham a necessidade de uma abordagem faseada deste tópico conforme os níveis de proficiência em língua: uma análise separada para os níveis iniciais e uma análise comparativa para os níveis mais avançados.

Christian Koch (pp. 415-441) fala sobre o fenómeno do acesso ao português como língua terceira (L3) entre falantes políglotas de outras línguas românicas. Efetivamente, como nota o autor, para muitos falantes a chegada ao português realiza-se via uma outra língua, em muitos casos, através do espanhol. Conclui-se, entre outras ilações, que as transferências de uma língua próxima para outra língua próxima, como do espanhol para o português, nem sempre se verificam e que os desafios enfrentados pelos aprendentes no acesso ao português como LE são, maioritariamente, morfológicos e lexicais.

O derradeiro artigo (pp. 443-462) do volume, da autoria de Benjamin Meisnitzer, retrata os desafios para o ensino do PLE na Alemanha, no que diz respeito às divergências no domínio dos tempos verbais entre o PE e o PB. Como se sabe o sistema verbal alemão afasta-se drasticamente do sistema verbal português, pelo que o autor defende a aplicação de um método indutivo para o tratamento destes tópicos gramaticais em aula.

Em jeito de conclusão, diga-se que esta obra agrega uma série de investigações expressivas sobretudo numa área abrangente como a Didática do Português como Língua Não Materna. Trata-se, de facto, de um volume extenso, mas que, na sua medida, propõe leituras dialogantes entre si. Em desfecho, sirvo-me das palavras de Rosane Werkhausen, uma das co-autoras deste volume, que escreve: “[h]á muitas reflexões ainda em curso e elas são necessárias para nos ajudar a compreender como enfrentar a complexidade das sociedades contemporâneas e, sobretudo, promover uma educação linguística voltada para o plurilinguismo e para o trânsito entre línguas-culturas estrangeiras ou dentro de uma mesma língua, como é o caso do português” (p. 200).

REFERÊNCIAS

- Clyne, M. (Ed.), 1992. *Pluricentric Languages: Differing Norms in Different Nations*. Berlin / New York: De Gruyter.
- Muhr, R., 2012. “Linguistic dominance and non-dominance in pluricentric languages. A typology”. In: Rudolf Muhr (Ed.), *Non-Dominant Varieties of Pluricentric Languages: Getting the picture*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 23-47.
- Wenger, E., 1998. *Communities of Practice: Learning, meaning and identity*. New York: Cambridge University Press.